

# Relatório de deputado do PT causa reação do MST

■ Fórum tenta desvincular ação dos sem-terra de devastação da Amazônia por madeiras

ELIANA LUCENA E  
JOSÉ MARIA MAYRINK

BRASÍLIA – O relatório do deputado Gilney Viana (PT-MT) – que inclui entre as causas de devastação da Amazônia a reforma agrária e a atuação dos sem-terra – está sendo contestado por entidades que integram o Fórum Nacional de Reforma Agrária. As conclusões do deputado – de que mais de 15 milhões de hectares de florestas foram derrubados pela reforma agrária, e que outros 15 milhões estariam comprometidos – tiveram, segundo integrantes do fórum, repercussão negativa para os sem-terra na Europa, principalmente na Espanha.

Em São Paulo, o deputado Gilney Viana convenceu ontem o Diretório Nacional do PT, depois de duas horas de debate, a discutir seriamente sua de-

núncia. “Não estou entrando nisso de gaiato, pois posso provar o que estou dizendo”, disse Viana, que é relator de uma comissão externa da Câmara dos Deputados que investiga a ação das madeiras e serrarias asiáticas na região amazônica. Médico epidemiologista de 52 anos, o deputado lembrou que é militante de esquerda desde os 16 anos e que passou 10 anos na prisão. “Fui companheiro do José Dirceu (atual presidente do PT) na Aliança Libertadora Nacional (ALN)”, ressaltou.

E não por acaso. Viana chegou à reunião do Diretório Regional sob o fogo cerrado de entidades de esquerda, que o acusam de estar prejudicando o encaminhamento da reforma agrária. Além do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outras instituições enviaram carta a

Dirceu protestando contra o relatório.

**Comissão** – O Diretório Nacional do PT nomeou uma comissão para examinar as denúncias do deputado. “Essa discussão é fundamental para nós”, afirmou o economista Aloízio Mercadante. Viana ressaltou que não generaliza a acusação, mas insistiu que são muitos os assentamentos do MST que derrubam a mata sem preocupação com o meio ambiente. Ele aponta a conexão entre a atividade madeira e projetos de assentamento do Incra. “Primeiro, o assentamento vende a madeira comercial contida nos 50% do seu lote, o que é permitido por lei, em troca de abertura de estradas ou do simples desmatamento; depois, conforme suas necessidades, vende a madeira comercial da área florestal de reserva legal.”

Em Brasília, o representante do Conselho Indigenista Missionário, Paulo Maldof, disse que as entidades não estão querendo “escamotear os dados”, mas contestar o equívoco de misturar a questão da reforma agrária com a colonização. “O que ocorreu até hoje na Amazônia não foi reforma agrária!”

Os dados apresentados pelo deputado também foram contestados pelo ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann. “Os números estão superestimados”, disse.

Mesmo discordando dos números, Jungmann concorda que é preocupante o envolvimento dos sem-terra com madeiros na Amazônia. “Quando uma área é declarada para fins de reforma agrária (primeira etapa da desapropriação), os madeiros incentivam a invasão e o corte da madeira”, reconheceu o ministro.

14/3/98  
J B  
6